REUNIÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ/PR - *PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA*

Art. 3º-A da Portaria MPS N° 519/2011, de 24/08/2013, alterado pela Portaria MPS N°440, de 09/10/13 e demais legislações posteriores.

ATA Nº 009/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA
Realizada em 12 de junho de 2025.

No dia 12 de junho de 2025, às 14h:10min, na sede da Paranaguá Previdência, localizada na Av. Gabriel de Lara, nº 1307, na cidade de Paranaguá, estiveram reunidos os membros do comitê de investimentos da Paranaguá Previdência, os Srs. Maurício Coutinho, Zenilda Costa, Luciana Camargo Franco, Alessandro Lenzi da Rocha, Tânia Regina da Silva, Adriana Mendes Rodrigues, Sidnei França dos Santos e também com a presença do presidente da autarquia, Sr. Ali El Kadri.
PAUTAS:
- Leitura da ata do mês anterior;
- Apresentação do resultado do mês anterior;
- Realocações dos investimentos;
- Demanda do TCE sobre o Fundo Osasco Properties FII;
- Assuntos gerais: I.) Assembleia de Cotista do Fundo CARE11; II.) Visitas Técnicas;

O diretor financeiro, Sr. Sidnei efetuou a leitura da ata da reunião do mês anterior, a qual foi aprovada pelos presentes, sem ressalvas. Em seguida apresentou a planilha de investimentos da autarquia, com o resultado final parcial no mês de maio de 2025, na qual exibe uma rentabilidade positiva na carteira de aproximadamente R$ 10.371.254,45 (Dez milhões, trezentos e setenta e um mil, duzentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e cinco centavos). Afirma que o resultado ainda poderia sofrer alguma variação em virtude da ausência de alguns extratos, mas que não afetariam significativamente o resultado apresentado. Relata que o valor acumulado do ano de 2025, para os meses de janeiro a maio, estava em aproximadamente R$ 41.710.704,50 (Quarenta e um milhões, setecentos e dez mil, setecentos e quatro reais e cinquenta centavos). Já o P.L. total acumulado do ano apresentado estava em torno de R$ 927.731.428,90 (Novecentos e vinte e sete milhões, setecentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e noventa centavos). O diretor detalha os indicadores de investimentos do mês de maio destacando o desempenho positivo de 1,45% do Ibovespa e ressalta que esse índice já estava em 13,79% positivo no ano. Após relatar as ocorrências no mercado financeiro e seus impactos nos investimentos, afirma ainda que quase toda a carteira de investimentos da autarquia fechou de forma positiva, sendo que apenas 12 (doze) fundos fecharam com resultados negativos no mês. No segmento de renda variável destaca o fundo Meta Valor Fia que já apresentava a maior rentabilidade do ano, entre todos os fundos da carteira de investimentos da Pguá Prev, com um resultado acumulado no ano em torno de 25,95%. O diretor esclarece ainda que a renda variável vinha recuperando as perdas ocorridas desde 2023 e que muito em breve, já seria possível verificar ganhos acumulados na carteira.

Dando continuidade às pautas o diretor financeiro apresenta opções de produtos de investimentos que foram ofertados por instituições financeiras em visitas recentes ao Pguá Prev. Foram debatidos sobre os seguintes Fundos: - PLURAL DIVIDENDOS FIA, CNPJ: 11.898.280/0001-13, que foi apresentado pela instituição Genial Investimentos em visita realizada no dia 28/05/2025. Também o fundo: - ITAÚ JANEIRO RF LP FIF CIC RL, CNPJ: 52.239.793/0001-08, que foi apresentado pelo Banco Itaú S.A. em visita realizada no dia 21/05/2025. Sobre o fundo Plural Dividendos FIA o conselheiro Alessandro questiona se seria o momento ideal para voltarmos a investir em fundos de ações, devido ao alto índice do Ibovespa acumulado no ano, alegando que talvez a renda variável já estivesse muito cara. O diretor financeiro diz que a renda variável sempre é uma ótima opção para a diversificação da carteira de investimentos, visando o longo prazo, e que dado o cenário econômico com a expectativa de estabilização da taxa Selic e com tendência de queda, seria sim um bom momento para alocarmos mais recursos neste segmento. O diretor afirma também que a Pguá Prev já chegou a possuir em torno de 20% da carteira em fundos de renda variável, mas que esse volume diminuiu devido ao crescimento do patrimônio da autarquia, uma vez que as alocações em fundos de ações não acompanharam o percentual de crescimento da carteira de investimentos, estando atualmente em torno de 12% do P.L. do instituto alocados neste segmento. Após breves análises os membros do comitê sugerem que sejam acompanhados os resultados dos fundos de renda variável já existentes na carteira da Pguá Prev, e que caso existam fundos que já tenham conseguido recuperar as perdas dos últimos anos, possa ser avaliado a substituição entre fundos, ou seja, o

desinvestimento de fundos de ações existentes para a realocação em novos produtos do mesmo segmento. Em relação ao fundo Itaú Janeiro Renda Fixa LP, após breves análises e debates os membros do comitê decidem pela alocação no fundo, num montante de R$ 20 milhões de reais, a ser realocado do fundo BB Previdenciário RF Fluxo FIC, CNPJ: 13.077.415/0001-05. O diretor financeiro relata que o fundo Itaú Janeiro RF LP está classificado no Art. 7º, III, 'a' da Resolução CMN 4963/2021 e destaca que o objetivo do fundo é de entregar retorno absoluto ao investidor, por meio de estratégias baseadas em análise macroeconômica combinadas ao acompanhamento de indicadores técnicos. Destaca ainda os indicadores de desempenho do produto, relatando que o fundo apresentou rentabilidade de 110,74% do CDI no acumulado de 2025 (até março) e que, no ano de 2023, o fundo rendeu acima do CDI (134,87%). Ressaltou também que nos 18 meses de existência o fundo superou o CDI em 67% dos meses e obteve 100% de meses com retorno positivo, com volatilidade controlada de 0,77% nos últimos 12 meses, demonstrando perfil conservador e compatível com os objetivos do RPPS. O Fundo possui um P.L. acima de 1 bilhão de reais, taxas totais de 0,90%a.a., taxa de performance de 20% sobre o que exceder 100% do CDI, cotização e resgate em prazo D+0.

Outro produto de investimentos debatido foi sobre a operacionalização de ETF's que foi apresentado no dia 05/06/2025 pela PREMIER SUL Agente Autônomo de Investimentos, instituição que é representante exclusiva do BANRISUL S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS E CÂMBIO. O diretor Sidnei afirma que esse tema já vinha sendo analisado pelos membros do comitê há mais de um ano, e que foram feitas reuniões com o representante da instituição, Sr. Alexandre Conversani, em pelos menos 02 oportunidades, onde foram possíveis esclarecer as dúvidas existentes sobre o produto. Disse que nesse período de tratativas, cuja primeira reunião ocorreu em setembro de 2024, foi possível acompanhar a evolução e o desempenho das alocações em ETF's, bem como observar os resultados de alguns RPPS que já possuem esse tipo de investimentos. O diretor esclarece que o ETF é a sigla em inglês para **Exchange Traded Fund**, que pode ser traduzido como 'fundo negociado em bolsa'. Basicamente, é um tipo de fundo de investimento que busca replicar o desempenho de um índice de mercado, como o Ibovespa por exemplo. Ele é negociado em bolsa como se fosse uma ação, o que oferece facilidade de compra e venda. Ao comprar uma cota de ETF, o investidor tem acesso a vários ativos ao mesmo tempo, o que reduz riscos, e como é negociado em bolsa pode ser comprado ou vendido a qualquer momento durante o pregão. Umas das principais vantagens para o RPPS são: o baixo custo de operação; a possibilidade de exposição a vários ativos em um único produto; a ajuda no cumprimento das regras de diversificação do RPPS, entre outros fatores. Após breves debates e análises os membros do Comitê de Investimentos da Paranaguá Previdência decidem pela disponibilização no valor de recursos na ordem de R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) para a estratégia de alocação dinâmica, com ETFs, sendo este valor dividido em "**10 entradas**" ("mãos") de R$ 1.000.000,00 (um milhão reais) cada. O ETF selecionado para aplicações será o **'ETF It Now Ibovespa Fundo de Índice – BOVV11**', inscrito sob o CNPJ 21.407.758/0001-19. Fica definida estratégia de *"COMPRA"* com pelo menos 3,5% *"DE QUEDA (desvalorização) "* em relação a última operação "em aberto (que não foi vendida) ", ou ainda, caso esteja sem posições em aberto, *"COMPRA A PARTIR*" de uma queda em relação a abertura de mercado do dia em questão. A *"VENDA"* fica atrelada a uma rentabilidade a *"PARTIR DE 1% DE* LUCRO LÍQUIDO". Durante o tempo em que o recurso não estiver aplicado, estará alocado no **Banrisul Absoluto FI Renda Fixa LP**, que tem como benchmark o CDI e é composto apenas de ativos soberanos. CNPJ: 21.743.480/0001-50.

Visando dar maior agilidade no processo de operacionalização, fica decidido pelo comitê de investimentos que o Diretor Financeiro, Sr. Sidnei França, deverá operar as transações de compra e venda, junto ao Agente de Investimentos, a Premier Sul AAI, sem a necessidade de ofícios ou memorandos, devendo apresentar o resumo semanal das operações realizadas, quando ocorrerem.

Prosseguindo as pautas o diretor esclarece sobre a demanda do TCE/PR sobre o Fundo Osasco Properties FII, apresentando um histórico das ações e decisões tomadas pelo Comitê de Investimentos da Autarquia acerca do tema. Esclarece que a última ação tomada, até a presente data, foi o envio do Ofício Pguá Prev nº 234/2025 para os responsáveis solicitando a tentativa de desinvestimento do fundo, através da solicitação de venda no mercado secundário.

Também é debatido sobre o Fundo Brazilian Graveyard And Death Care – CARE11. O diretor informa sobre uma assembleia de cotistas a ser realizada no dia 03 de julho de 2025, na qual deverá ser decida sobre a mudança de administrador do fundo para a instituição MASTER S.A. CORRETORA DE CÂMBIO, TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, e apresenta ao colegiado do comitê os materiais de apresentação e anexos divulgados pelas atuais administradora e gestora do fundo. O diretor reforça que o fundo é escopo de auditoria do Tribunal de Contas do Paraná, conforme já debatido em reuniões anteriores, e diz que essa proposta de mudança de administrador está alinhada com uma das exigências feitas pelo TCE, que era exatamente a tentativa de mudança para instituições classificadas como S1, S2 ou S3, em consonância com a regulação prudencial estabelecida pela Resolução nº 4553/2017 do Banco Central, bem como pela vedação aos RPPS de aplicar recursos em instituições classificadas com S4 e S5, conforme observância

da Resolução CMN 4963/2021 e Resolução CMN 4910/2021. O diretor diz que a Master Corretora é pertencente ao Banco Master, que está classificada no segmento S3 do Banco Central, além de estar relacionada na 'Lista Exaustiva' do Ministério da Previdência Social, como instituição 'apta' a receber recursos dos RPPS. Os membros do comitê questionam sobre o histórico passado do Banco Master S.A., quando ainda era denominado de Banco Máxima S.A., e sobre a ação que a Paranaguá Previdência possui contra o Banco devido aos problemas ocorridos com o Fundo Viaja Brasil, no ano de 2012, e que inclusive existe um recurso financeiro na ordem de R$ 2 milhões de reais, depositado judicialmente em favor da Autarquia. Os membros aproveitam a oportunidade sobre o tema e pedem para que seja verificado junto ao setor jurídico do Município sobre a situação atual da ação judicial contra essas instituições, a fim de termos uma atualização das informações sobre o processo. Os membros do comitê demonstram insegurança e receios em permitir que a Paranaguá Previdência volte a ter relacionamento institucional com o Banco Master S.A., em virtude do histórico citado anteriormente, e após maiores análises e debates decidem de forma contraria a mudança de Administrador do Fundo CARE11 para a Master Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários.
Em assuntos gerais o diretor fala sobre as visitas técnicas de bancos e Asset de investimentos. Fica agendado para próximas apresentações as instituições: Empire Capital, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, 4UM Investimentos e R3 Investimentos. As datas e horários serão compartilhadas e definidas com os membros do comitê através de aplicativo de mensagens.
Nada mais havendo a tratar, às 15:50h deu-se por encerrada a reunião sendo lavrado a presente ata.

Presidente:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Maurício dos P. Coutinho CPF: 885.818.709-10 Certificação CP RPPS DIRIG I Validade: 18/12/2028	**Luciana Martins Camargo** CPF: 021.892.689-82 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 07/12/2027	**Adriana Mendes Rodrigues** CPF: 026.599.499-30 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 17/12/2028
Membro Titular:	**Membro Titular:**	**Membro Titular:**
Zenilda Souza Costa Cruz CPF: 738.515.669-04 Certificação CP RPPS CGINV II Validade: 08/10/2027	**Alessandro Lenzi da Rocha** CPF: 830.137.849-20 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027	**Tânia Regina da Silva** CPF: 885.840.549-87 Certificação CP RPPS CGINV I Validade: 05/12/2027
Gestor Financeiro: **Sidnei França dos Santos** CPF: 911.001.949-91 CPA-10 ANBIMA – 14/09/2026 CP RPPS CGINV II - 05/09/2027		

** A ata eletrônica é cópia fiel da ata impressa, que pode ser conferida junto ao Gestor Financeiro do RPPS.*

De Acordo:

_____

Ali El Kadri
Diretor Presidente
Paranaguá Previdência